



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 046

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	0501
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0507
ADVOCACIA GERAL	0507
SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS	0508

TAQUIGRAFIA

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 25.de março de 2014

Presidência do Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário
MAURÃO DE CARVALHO - 1º Vice-Presidente

Secretariados pelo Sr.
MARCELINO TENÓRIO - 3º Secretário

(Às 15 horas e 20 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Brito do INCRA - PSD, Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Jaques Testoni (PSD), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB) e Luiz Cláudio (PTN).

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 9ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 057/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.067, de 19 de abril de 2002, e à Lei nº 1.993, de 2 de dezembro de 2008”.

02 – Mensagem nº 058/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Assegura o vencimento básico aos Engenheiros Geólogos e Arquitetos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo”.

03 – Mensagem nº 059/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos estaduais, no âmbito da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual”.

04 – Mensagem nº 060/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei

Complementar nº 168, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências”.

05 – Mensagem nº 061/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 18.063.650,74, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS”.

06 – Mensagem nº 062/2014 – Poder Executivo, solicitando que sejam retiradas de tramitação as Mensagens nºs 288/13, 297/13, 323/13, 339/13, 340/13, 341/13, 348/13, 361/13, 362/13, 363/13, 006/14, 007/14, 008/14, 019/14, 020/14, 023/14, 024/14, 029/14, 030/14 e 052/14.

07 – Mensagem nº 063/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação da Fundação Palácio das Artes de Rondônia – FUNPAR e dá outras providências”.

08 – Ofício nº 88/2014 – do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

09 – Ofício nº 89/2014 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública, e dispõe sobre estágio probatório e avaliação especial de desempenho para fins de aquisição de estabilidade, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

10 – Ofício nº 25/2014 – ASSFAPOM, encaminhando denúncia em desfavor do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Paulo César de Figueiredo.

11 – Ofício nº 001/2014 – Cáritas Diocesana de Guajará-Mirim, solicitando doações para atender os desabrigados da cheia dos rios Mamoré, Guaporé e Pacaás Novo no município de Guajará-Mirim.

12 – Ofício nº 77/2014 – Câmara Municipal de Cacoal, solicitando a melhora na saúde do município de Cacoal.

13 – Ofício nº 011/2014 – Câmara Municipal de Nova União, solicitando a possibilidade de incluir em pauta a instalação da Universidade do Estado de Rondônia.

14 – Ofício nº 39/2014 – Defensoria Pública, solicitando apoio para a nomeação dos Defensores Públicos aprovados no III Concurso Público de Provas e Títulos.

15 – Ofício nº 803/2014 – Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 07/03/2014, no valor de R\$ 139.248,38.

16 – Ofício nº 804/2014 – Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 07/03/2014, no valor de R\$ 3.186,62.

17 – Ofício nº 242/2014 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 2096/2013, de autoria do Deputado Jean Oliveira.

18 – Ofício nº 475/2014 – SEPOG, informando que estão em procedimento de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2015.

19 – Ofício nº 21/2014 – Câmara Municipal de Ji-Paraná, solicitando a realização de Audiência Pública levando em conta a importância do tema Tarifa de Energia Elétrica de Rondônia.

20 – Ofício nº 002/2014 – GLOMARON, encaminhando cópia de ofícios nº 030 ARLSAM39-2013/2014, nº 008/2014, solicitando melhorias na segurança pública no Município de Cujubim.

21 – Ofício nº 087/2014 – do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades do exercício 2013.

22 – Memorando nº 022/2014 – do Senhor Deputado Flávio Lemos, solicitando cópia do processo instaurado contra o ex-Deputado Maurinho Silva, por quebra de decoro parlamentar.

23 – Ofício nº 17/2014 – da Câmara Municipal de Porto Velho, colocando-se à disposição dos desabrigados da enchente em Porto Velho e cobrando mobilização das autoridades para resolução dos problemas causados.

24 – Ofício nº 0346/2014 - do Departamento Estadual de Trânsito, informando a celebração do Convênio nº 009/2011 com a Prefeitura do Município de Pimenteiras.

25 – Requerimento de renúncia do Senhor Delso Moreira Júnior, ao cargo de Deputado Estadual em face da suspensão do exercício do mandato da titular Deputada Ana da 8.

26 – Requerimento do Senhor César Licório, requerendo a posse no mandato eletivo de Deputado Estadual em face da suspensão do exercício do mandato do titular Deputado Adriano Boiadeiro.

27 – Requerimento da Senhora Carmivalda Gomes dos Santos Gon, solicitando a convocação para assumir a cadeira de Deputada Estadual como suplente do Deputado Adriano Boiadeiro.

28 – Requerimento do Deputado Hermínio Coelho de afastamento para tratamento de saúde no período de 24 de março a 09 de abril de 2014.

29 – Stella Mari Martoni - 2ª suplente de Deputado - requerendo sua posse na vaga por suspensão da Deputada Ana da 8. Lido o Expediente

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Registro aqui a presença do Excelentíssimo Senhor José Luiz Vieira, Prefeito do Município de São Felipe do Oeste. Quero parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante trabalho que faz à frente do Executivo do nosso querido município de São Felipe do Oeste. Seja bem-vindo.

Lido o Expediente, passamos às Breves Comunicações. Nas Breves Comunicações não há oradores inscritos. Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra Deputado Brito do INCRA.

O SR. BRITO DO INCRA – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhora Deputada, público presente.

Eu, inicialmente, quero agradecer a Vossa Excelência, Presidente, dizer, por estar aqui, eu tenho alguns motivos para estar aqui neste dia de hoje, alguns para comemorar e outros talvez para reclamar, porém, inicialmente, eu quero falar sobre a visita que eu fiz na última semana ao interior do Estado de Rondônia, mais precisamente nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Primavera, São Felipe, Parecis, aonde de uma forma muito sincera quero agradecer a todos aqueles amigos e correligionários que me receberam de braços abertos depois da visita, depois da minha posse aqui na Assembleia Legislativa na condição de Deputado Estadual.

Foi uma visita importante porque eu pude ver de perto, além da alegria das pessoas que nos receberam, eu pude ver também o descontentamento de muita coisa que está acontecendo em nossa região. Eu quero aqui, Senhor Presidente, o senhor que é da região, o senhor que tem muito conhecimento naquela região, principalmente da BR 429, da região de Cacoal, na região de Pimenta Bueno, o senhor sabe que aquilo ali tem muita gente que lhe conhece, muitos amigos seus, eu queria pedir a colaboração desta Casa para a gente achar uma saída e solicitar, eu sei que por ser um órgão federal a gente não tem como convocar ou pelo menos convidar o representante da ELETROBRÁS no Estado de Rondônia para que ele faça uma justificativa plausível pelas constantes faltas de energia que estão tendo naquela região, eu acho que o que está acontecendo na nossa região é uma falta de respeito, porque simplesmente nem nas rádios, nem nos jornais eles estão explicando por que está constantemente faltando energia na nossa região.

O tempo que eu fiquei em Pimenta Bueno, senhor Presidente, o tempo que eu fiquei lá, a cada duas horas faltava energia uma hora e meia, era mais ou menos isso. Teve um dia lá, durante a noite, que faltou energia das dezoito horas até as vinte e três horas e sem explicação nenhuma. Então, o povo está revoltado e eu estou aqui usando esta tribuna que eu acho que é com legitimidade para pedir para que esta Casa, aí eu peço porque um pedido do Deputado tem um peso, mais um pedido da Assembleia Legislativa tem outro. Se o senhor puder no registro desse pedido aqui solicitar uma explicação para que a gente passe lá para as pessoas que estão querendo essa explicação, eu ficaria muito agradecido. Esse é um pedido. O outro pedido é que, lamentavelmente, por intempéries da natureza, aconteceu um dilúvio lá em Cacoal nesse final de semana e muitos irmãos nossos, muitos amigos nossos foram desalojados das suas casas porque a cidade foi pega de surpresa, Senhor Presidente, lá em Cacoal muitos pais de famílias ficaram fora das suas casas, o rio Pirarara e outros

rios que compõem a bacia de Cacoal simplesmente saiu fora da caixa, nós temos amigos nossos em Cacoal que têm garagem de carro, que têm indústria, que têm comércios, que foram colhidos de surpresa porque a chuva foi repentina, foi um temporal e com menos de meia hora alagou tudo, alagou tudo, foi muita gente que perdeu tudo que tinha nas empresas, perdeu mantimentos, perdeu móveis. Para se ter uma ideia, tem uma loja lá, que é a Rondônia Veículos, os carros ficavam nadando. Então, assim, foi um prejuízo muito grande, foi um prejuízo muito grande.

Então, eu queria assim me solidarizar com as pessoas que sofreram esse prejuízo em Cacoal e pedir ao Poder Público, seja o Governo Estadual ou o Governo Federal, porque lá tem mais a questão do DNIT, precisa arregimentar umas forças via DNIT para que a gente possa, lá em Cacoal, recuperar parte do que foi destruído, que foi destruído muita coisa em Cacoal. Então, fica registrado aqui também neste momento, e eu quero me solidarizar com os meus amigos e correligionários de Cacoal sobre essa questão que aconteceu lá.

Também, Senhor Presidente, eu quero me solidarizar, está aqui a nossa Deputada Epifânia que está participando de uma comissão importantíssima, que é a Comissão dos Deputados que através da Assembleia Legislativa estão preocupados com a situação dos nossos irmãos de Porto Velho e Nova Mamoré, de Jaci-Paraná e Guajará-Mirim que estão debaixo d'água e parece que a coisa tende a cada dia piorar, ao invés de o rio baixar, está subindo mais, hoje mesmo, pelos noticiários, o rio Madeira está com 19,53m, lamentavelmente a tendência é piorar, e eu quero aqui também, além de me solidarizar com os nossos irmãos ribeirinhos, me solidarizar com a nossa Deputada e os demais membros que fazem parte da Comissão de ajuda aos nossos ribeirinhos, que a gente tem que procurar assim fazer o que puder, o Deputado Ribamar também faz parte, viu, Deputado, o que puder para gente encontrar forças para ajudar a todos que estão trabalhando em prol dos nossos irmãos.

Eu acho que a Assembleia Legislativa não tem o papel de executar, de pegar o dinheiro, de comprar cesta básica, mas a Assembleia Legislativa tem um papel fundamental porque nós aqui estamos para atender os reclamos populares, tem muita gente sofrendo, não é fácil quando um pai de família tem que sair da sua casa para morar junto com outra família que ele nunca viu na vida, dentro de um colégio, dentro de qualquer repartição, dentro da própria tenda que eles estão montando, sair do seu berço, sair do seu lar e ter que conviver com pessoas estranhas, lamentavelmente tem muita gente aqui hoje que está nessa situação. Eu acho que nós aqui temos que buscar alternativas, pelo menos para aliviar um pouco a dor dessas pessoas que estão despejadas das suas casas em função da chuva. Não vai se fácil, eu acho que está sendo ruim hoje, agora, o pior está por vir, o pior está por vir ainda, não pela enchente, o pior está por vir após a enchente e aí vêm as doenças, aí vem o pós-enchente. Eu acho que essa situação vai piorar ainda mais, não que eu queira que isso aconteça, mas nós temos que estar preparados. Graças a Deus, Deputado Ribamar, que não morreu ninguém ainda por causa da enchente, mas o medo da população é muito grande em função do que pode vir aí uma epidemia de doenças em função dessas águas, o senhor sabe o quanto isso é perigoso.

Então, eu acho, Deputada Epifânia, a senhora está no caminho certo, eu quero estar do seu lado nessa Comissão para ajudar, eu acho que neste momento nós temos que juntar as forças para ajudar nossos irmãos ribeirinhos de Porto Velho, de Jaci-Paraná, de Mutum, de Nova Mamoré e de Guajará-Mirim que estão sofrendo muito, muito, Deputado Luizinho, com essa chuva constante que está caindo no nosso Estado de Rondônia. O mundo inteiro está sabendo, a Rede Globo de Televisão está todo dia no noticiário nacional de manhã, meio-dia e à noite, no jornal mais importante, que é o *Jornal Nacional*, noticiando Rondônia. Rondônia está na televisão todos os dias em função dessas intempéries.

Também quero aproveitar este momento importante aqui na tribuna para fazer um pedido ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa, que está agora no exercício da Presidência, o meu querido amigo e irmão, Sua Excelência o Deputado Lebrão. O Estado de Rondônia, ele tem uma situação de caráter emergencial para ser definida, porque aqui na Assembleia Legislativa, os poucos dias que eu estou aqui, amanhã faz um mês, mas eu pude observar que a pressão de fora vem para ser resolvida muita coisa aqui dentro que talvez não seja a Assembleia que tenha que resolver, mas como aqui tem a voz da população de Rondônia, as pessoas sabem que vêm aqui e vai ter pelo menos uma resposta ou um encaminhamento. O que eu quero pedir para Vossa Excelência, se o senhor puder nos ajudar, é para que a gente faça, esta Casa ter como prioridade a necessidade de reformulação do zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado de Rondônia. Nós temos aqui no Estado de Rondônia um zoneamento aprovado em lei, que é a Lei Complementar 233, reformulada pela Lei Complementar 312, de 2005. Porém, meu caro e ilustre Deputado Euclides Maciel, prazer em revê-lo aqui, eu quero que o senhor saiba, Deputado Lebrão, Presidente, que o zoneamento nosso está ultrapassado, que esse zoneamento, se ele estivesse em vigor mas estivesse legitimando verdadeiramente as famílias que estão em campo, não teria conflito na RESEX do Jaci-Paraná, não teria conflito naquela questão lá onde passou a Estrada Parque, inclusive eu quero aqui fazer um adendo com relação, Deputado Ribamar, à vitória que a população teve com relação à Estrada Parque, na realidade não fomos nós da Assembleia que tivemos, não, que nós votamos favorável a ele, foi derrubada a nossa votação, quem teve o privilégio, quem teve assim a vitória não foi nem a Assembleia, nem o Governo, foi aquela população que está isolada. Hoje, a partir de amanhã ou depois de amanhã a estrada estará completamente pronta, vai salvar a vida de muita gente, vai ser uma rota alternativa, e eu quero muito que o Governo do Estado trabalhe com responsabilidade para preservar aquilo que tem que ser preservado, para não deixar que aquela estrada vire uma rota de traficante ou alguma coisa nesse sentido, que aquela estrada vire uma rota de desenvolvimento, que leve à população, que leve às pessoas que estão lá isoladas para o progresso de Rondônia e do Brasil. Então, aquela estrada tem que ser vigiada, tem que ser controlada para que não seja usada como rota de traficante ou alguma coisa nesse sentido. Então, fica aqui o nosso pedido. Primeiro, parabéns aos moradores de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, vocês agora vão ter um acesso que vai encurtar 800 quilômetros ao sul do Brasil, e parabéns às pessoas que tiveram a ideia de fazer aquela

Estrada Parque funcionar. Quando eu falo, Deputado, Presidente, que a Assembleia Legislativa tem que levar em consideração a terceira aproximação do zoneamento é porque a terceira aproximação vem corrigir esses erros que nós cometemos lá atrás. Aquele negócio de fazer zoneamento dentro de gabinete, sem conhecer a realidade de campo, sem conhecer o terreno, o senhor que é de uma região que foi sacrificada, que é a BR 429, quando criaram a primeira aproximação do zoneamento, criaram como se São Francisco, criaram como se Costa Marques, como se São Miguel fosse terra de ninguém. Acharam que tudo ali era zona que não podia ser explorada, sendo que as pessoas já estavam explorando aquela terra. E depois veio a segunda aproximação, corrigiu alguns erros, mas tem muitos erros naquela região, que eu conheço igual a palma da minha mão, só que Vossa Excelência conhece muito mais.

Então, é isso que eu acho que nós temos que fazer aqui na Assembleia Legislativa, a gente corrigir os erros do passado. Eu queria pedir a Vossa Excelência que compre a briga da terceira aproximação do zoneamento, vamos ver se a gente aprova isso até o meio do ano, porque se deixar passar do meio do ano, este ano não aprova mais. Eu participei da Comissão ali aonde os técnicos, inclusive, diga-se de passagem, técnicos com capacidade, que é o Valdir Harmatiuk e o Lisboa e as pessoas que trabalham na SEDAM e, diga-se de passagem, técnicos capacitados vieram aqui e demonstraram verdadeiro conhecimento. É por isso que eu peço a Vossa Excelência que compre a briga, Senhores Deputados, Senhora Deputada, vamos comprar a briga da terceira aproximação do zoneamento, vai ser importante para Rondônia.

No mais, meu caro e digníssimo Presidente, senhoras e senhores Deputados, eu quero agradecer esta oportunidade, eu só ocupei esta tribuna porque achei importante, eu achei que o que eu tinha a dizer era importante para os nossos irmãos que estão em Cacoal sofrendo, os nossos irmãos que estão sofrendo aqui em Porto Velho e lá na região de Guajará-Mirim, e essa questão do zoneamento. Eu queria agradecer esta oportunidade, colocar-me à disposição dos senhores Parlamentares, dizer para o Deputado Euclides Maciel que está de volta, que está trabalhando sem necessidade, não precisava nem estar aqui porque está engessado, mas é uma prova de que o senhor é um homem bravo, o senhor é um homem pujante, o senhor quer o bem de Rondônia. Parabéns, um abraço a todos e fiquem com Deus.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado Brito, que entrou aqui como Deputado com o pé direito, mostrando a que veio, enriquecendo muito a Assembleia Legislativa com os seus conhecimentos. E Vossa Excelência que já foi Secretário do Meio Ambiente do Estado e que conhece a fundo todos os problemas que nós temos de regularização fundiária, como também membro do INCRA que Vossa Excelência é, questão de energia, eu acho que está no momento da gente fazer uma Audiência Pública, convocando aqui os órgãos competentes, principalmente a ELETROBRÁS, para resolver esse problema. Lamentavelmente, nós estamos hoje vivendo esse problema diferenciado em Rondônia e as enchentes ao invés de baixar elas continuam aumentando. O município de Costa Marques já registra a maior enchente da sua história, já desabrigando

bastante pessoas que vivem à margem do rio Guaporé, isso sem dúvida nenhuma está aumentando o problema aqui de Porto Velho, já que o rio Guaporé, o Mamoré e o Madeira é um rio só. E a questão do zoneamento socioeconômico e ecológico, nós liberamos semana retrasada recursos para a SEDAM, para a Secretária Nanci, e nós esperamos que ela inicie esse trabalho o mais rápido possível para fazer exatamente aquilo que Vossa Excelência acabou de fazer em seu pronunciamento, que é reconhecer os erros que foram feitos no passado, mas corrigir agora no presente é prerrogativa dos Deputados, através de emendas parlamentares, fazer essa correção dentro do zoneamento. Parabenizar a Comissão que está cuidando aí dos problemas que nós temos de enchentes aqui em Porto Velho, que está fazendo um grande trabalho, não tenho dúvida nenhuma que nós vamos procurar resolver da melhor forma possível esses problemas que afligem hoje a população do Estado de Rondônia, principalmente aqui do nosso município de Porto Velho, Guajará-Mirim, Costa Marques e Nova Mamoré. Registrar a presença do Exmº. Vereador Cabo Anjo, da Câmara Municipal de Porto Velho; seja bem-vindo.

Passo a palavra neste momento à Exmª. Deputada Epifânia Barbosa, grande líder do PT, por vinte minutos, com direito a apertes.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Liberado, Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Só para confirmar, agradecer e parabenizar o senhor, o senhor fica bem de Presidente aí, gostei do senhor aí como Presidente...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL – E saudar o Brito, eu não pude fazer ainda e o senhor foi muito feliz na colocação, ele já entrou com o pé direito, está participando ativamente de tudo. É que ele tem também ajuda, a pessoa que ele substitui hoje também é um grande Deputado, nosso amigo, irmão Neodi, mas o Brito pode ter certeza, Brito, que a região toda fica feliz com a sua participação, eu me sinto muito feliz com a sua estada aqui e queira Deus que no próximo ano você esteja aqui com a sua força aí, que nós precisamos de pessoas iguais a você que tem mostrado a força e o Deputado forte que é.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradecer as suas palavras, Deputado Euclides, dirigidas à minha pessoa. E gostaria que Vossa Excelência também, na próxima eleição, apoiasse o Deputado Lebrão. Muito Obrigado.

Com a palavra a Deputada Epifânia Barbosa.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – À vontade, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero aqui também cumprimentar a Vossa Excelência e o Deputado Brito do Incra. Como Vossa Excelência é conhecedor deste Estado de Rondônia

de ponta a ponta, não é de hoje, e é chamado de Brito do Incra porque é conhecedor deste Estado. Este Estado foi criado, realmente, pelo INCRA. E Vossa Excelência trazer a esta Casa, aqui na tribuna, toda esta preocupação aqui no Estado, quando se refere às enchentes dos nossos rios, principalmente do rio Madeira, é que hoje existe uma catástrofe aqui no Estado de Rondônia, é esse volume de água no Estado, mas graças a Deus que isso aqui nós podemos todos os dias, a população de Porto Velho e toda essa população do Estado que sofrem com essas enchentes. É pedir a Deus todos os dias que continue assim, que pelo menos nós não tivemos incidentes de mortes, Presidente. Então, isso é muito importante para nós. Agora, precisamos, sim, que os municípios, não só aqueles que estão passando por essas dificuldades, mas os que não se encontram em dificuldades, possam também ajudar os municípios que estão passando por esta calamidade pública. Precisamos que o Estado seja mais enérgico, principalmente o Governo Federal, que é neste momento que o Governo Federal tem que olhar para nós. Então, o poder maior, que é a mão forte de nosso país, está lá em Brasília. Então, nós precisamos que os nossos Deputados Federais, os nossos Senadores façam cada vez mais apelos para que a nossa Presidenta Dilma Rousseff possa, o quanto mais breve, solucionar este problema que está acontecendo na nossa região. Mais precisamente, Deputado Brito do Incra, é após a baixa das enchentes. As pessoas que estão ali há mais de quase 60 dias fora de suas casas, de seus comércios, o que irão fazer depois que as águas baixarem? Então, tem que haver um programa emergencial para combater essa necessidade dos moradores, dos comerciantes atingidos pelas enchentes dos rios Madeira e Mamoré.

Então, é isso que eu faço um apelo aqui desta tribuna, aos Deputados Federais do Estado de Rondônia e aos nossos três Senadores, e principalmente à Presidenta Dilma Rousseff, que poderá muito bem ajudar todas essas pessoas que foram prejudicadas e estão sendo prejudicadas por esse volume de água que se desencadeou no rio Madeira, no rio Guaporé e no rio Mamoré.

Deputado Brito do Incra, parabéns a Vossa Excelência por trazer isso aqui a esta tribuna. E mais, falar também sobre a energia, Deputada Epifânia, a energia nós sabemos que nós temos a energia mais cara desse país, mas, infelizmente, Deputado Ribamar Araújo, nós somos produtores dela. Então, está inverso, então nós precisamos novamente que a Câmara dos Deputados Federais e o Senado Federal reveja isso lá em Brasília para que nós tenhamos uma energia mais digna para nós, que nós somos produtores.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Com a palavra, e quero pedir desculpas, Deputada Epifânia, fique à vontade.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Boa tarde a todos os senhores, a todas as senhoras; cumprimentar aqui a todos os Deputados, em nome do nosso Presidente, Deputado Lebrão, a imprensa. Eu aqui gostaria de trazer algumas informações sobre o trabalho da frente parlamentar, mas antes disso eu queria compartilhar aqui uma boa notícia, que esta Casa deu uma valorosa contribuição para que a gente hoje pudesse ter essa boa notícia, que é em relação a um financiamento, a um recurso

disponível ao Estado de Rondônia pelo Ministério da Cultura, para que a gente possa, finalmente, Deputado Adelino, trabalhar um pouco mais a política da Cultura com o financiamento. Então, é desde o ano de 2011 nós iniciamos aqui nesta Casa um debate com os representantes aqui do Estado de Rondônia, especialmente os que residem em Porto Velho por estar mais próximo. Iniciamos uma discussão acerca dos projetos de leis que essa região, que o Estado de Rondônia deveria ter, para ter acesso aos projetos nacionais, linhas de financiamento. E daí nasceu o projeto que aqui que foi apresentado pelo Poder Executivo, porque era de competência do Poder Executivo, mas o Poder Executivo apresentou através dessa mobilização com a classe artística. E chegando aqui, o projeto, nós fizemos uma audiência pública aonde nós conseguimos aqui aprovar um substitutivo a três projetos de leis importantes para a Cultura, que é o Sistema Estadual da Cultura, o Financiamento da Cultura e a Instituição do Fundo Estadual da Cultura. Eu vou só pedir a colaboração dos nobres Deputados. Deputado Kaká, por gentileza. Estão saudando demais o Deputado Euclides Maciel. Só pedir licença a vocês aqui um minutinho. Obrigada. Na Câmara é mais, mas nós estamos aqui no estadual. Obrigada, gente.

Então, estes três projetos de leis que foram posteriormente apresentados, que houve esse substitutivo aqui na Assembleia e, posteriormente, sancionado pelo Governador no mês de maio de 2012, possibilitou que no ano passado a gente pudesse, através do projeto de lei do Sistema Estadual da Cultura, escolher na Conferência Estadual da Cultura os membros que compõem hoje o Conselho Estadual. E na semana passada, na quinta-feira, nós estivemos presentes na posse desse Conselho Estadual, e com a presença do representante da Cultura onde anunciou o Estado de Rondônia, o primeiro Estado da Confederação, que recebe seis milhões de reais para as linhas de financiamento da Cultura, especialmente no que diz respeito à formação dos nossos agentes culturais, na questão para infraestrutura de alguns bens culturais e também para outros projetos de cultura, mesmo de apresentações culturais do teatro, da dança, enfim, de outros projetos que vêm desse movimento cultural.

Então, está lançado aí o Edital. E eu fico muito feliz desta Casa ter participado ativamente, e eu em particular ativamente, de todo processo. E eu vi na época que foi aprovado esse projeto de lei, eu vi em um canal na imprensa, em um determinado canal falar assim: 'É mais uma lei que nós temos'. Porque tem o sistema da Cultura, é mais uma lei e eu não sei o que é que isso vai representar. Então, hoje, a gente pode dizer que é a representação da instituição dessa lei colocando o Estado de Rondônia em um cenário nacional é o que possibilita, hoje, nós termos essa linha de financiamento aprovado e um recurso que vai injetar diretamente na Cultura que, infelizmente, ainda é um meio social que vive de pires na mão. Toda e qualquer ação quando está prestes a acontecer a gente tem que dar um passo atrás, porque a gente não tem esse fomento, nós não temos essa motivação. E hoje, infelizmente, o Estado de Rondônia consegue essa linha de financiamento graças a toda essa articulação, essa movimentação das pessoas que fazem a Cultura do nosso Estado. E posso falar aqui com muito orgulho com esta Casa de Leis que cumpriu o seu papel atuando junto a esses agentes culturais.

Bem, essa era a informação que eu gostaria aqui de compartilhar com todos vocês. E agora, seguindo aqui, vou falar um pouco sobre o trabalho da Frente Parlamentar que essa Casa instituiu logo após a Audiência com os atingidos e aqui tem algumas pessoas das Comunidades participando dessa audiência e nós conseguimos já avançar em alguns pontos, considerando que essa Comissão, que aqui é representada pelo Deputado Ribamar Araújo, pelo Deputado Hermínio Coelho, pelo Deputado Maurão de Carvalho, pelo Deputado Edvaldo Soares e por mim. E tem uma participação bastante ativa aqui do Deputado Brito do Incra e também com a participação do Deputado Zequinha Araújo, que tem ido até as nossas reuniões. Penso eu que dentro das minhas limitações, porque o nosso papel é o papel mais de articular com as instituições, de ouvir as comunidades e tentar, dentro de um grande debate, fazer alguns encaminhamentos que a comunidade considera essencial para melhorar a sua condição de vida no momento e posteriormente às enchentes.

Então, nós já tivemos aqui, ontem, a Comissão dos atingidos, já tivemos uma audiência pública com o Governador na qual colocou todas as Secretarias, as instituições à disposição para que pudéssemos ter acesso, encaminhar alguns debates que temos feito nesta Casa, esperamos na verdade que o Governo do Estado possa ter uma intervenção um pouco mais ágil em relação às demandas que estão sendo apresentadas, mas pelo menos ter audiência com o Governador, que nós levamos aí quase um mês para ter essa audiência. Creio eu que a partir dela as coisas comecem a caminhar um pouco mais. E hoje nós tivemos aqui um debate, uma reunião importantíssima, considero, com as instituições, com o IBAMA, com o INCRA, com o SPU, com Terra Legal, com a EMATER, enfim, com o grupo aqui de instituições representadas ou pelos titulares ou pelos técnicos para que a gente pudesse debater um pouco mais sobre a condição territorial dessas famílias, onde elas estão localizadas hoje com a enchente e quais são as possibilidades futuras que elas terão para que tenham realmente a sua terra firme, a sua segurança territorial. Então, as comunidades aqui apresentaram alguns anseios, alguns desejos onde elas gostariam de ficar no futuro, logicamente próximo onde elas já residiam anteriormente, e as instituições aqui também apontaram, nos trouxeram aqui algumas informações técnicas, necessárias à questão territorial no que diz respeito à terra pública, o que diz respeito à terra privada, o que é área urbana, o que é área rural, a quem compete cada um, quais são as informações que eles têm disponíveis para que a partir de agora, Deputado, eu ia chamar Deputado do INCRA, Deputado Brito, que inclusive propôs essa temática para essa audiência de hoje, ela foi muito importante porque realmente as informações que nos foram apresentadas e que nós conseguimos debater, pelo menos no meu entendimento, elas nos trazem realmente informações que vão consolidar agora o mais breve possível um grupo de trabalho que possa de uma maneira mais eficiente apresentar uma proposta tanto para o Governo do Estado quanto para o Governo municipal e também para o Governo Federal sobre os anseios e as viabilidades de fato para que esses anseios das comunidades sejam atendidos. Então, tem sido um trabalho importante. Nós tivemos aqui a presença na reunião de hoje do Deputado Ribamar Araújo, Deputado Zequinha, do Deputado Maurão, que

chegou posteriormente, mas ainda pôde participar dos últimos momentos e a gente agradece muito aqui e eu faço questão de ressaltar da participação da comunidade. Eu acho que essa Comissão que tem participado conosco, tem nos dado subsídios, tem nos orientado para que esse trabalho, Deputado Lebrão, ele possa de fato surtir algum efeito, que a gente não fique, eu sei que é desgastante para alguns que não conhecem o trabalho, fica parecendo que são apenas reuniões que não vão dar em nada, mas eu acredito que a participação da Assembleia Legislativa pelo menos para fazer alguns encaminhamentos, para abrir portas, para a gente poder realmente chegar a um resultado e fazer com que a comunidade seja ouvida, isso aí nós temos aqui feito esse encaminhamento.

O Deputado Luizinho está inscrito? E aí eu queria aqui aproveitar a fala do Deputado Marcelino Tenório, que fala sobre a questão dos comerciantes, também deixar aqui compartilhado com todos desta Casa que a próxima pauta que nós apontamos como necessária e a Comissão precisa se reunir para deliberar se realmente é essa a próxima temática, nós queremos fazer um debate aqui acerca do prejuízo que esses comerciantes vêm obtendo em razão das cheias, onde estão sendo atingidos de uma maneira direta ou indiretamente, para que a gente possa aqui também apontar algumas possibilidades aí de solução dessa problemática num futuro muito próximo. Queria aqui dizer que dentre os debates que nós fizemos hoje tem um que é muito importante, que foi sobre as famílias que têm a sua renda através da sua produção, da produção rural das suas culturas agrícolas e que foram diretamente atingidas e que tinham uma linha de financiamento, que têm uma linha de financiamento. Então, o próprio MDA aqui falou da possibilidade de prorrogar o pagamento desse financiamento e nós aqui obviamente que defendemos a anistia desse financiamento, até porque quando você faz o financiamento você tem, você visualiza a forma de pagar e hoje essas comunidades que vivem da sua produção elas perderam tudo, obviamente que não têm como pagar porque não se sabe nem aonde elas serão alocadas, quais são as condições de terra que elas terão disponíveis para produzir e pagar esse endividamento. Então, nós aqui estamos defendendo, tanto na questão da produção agrícola quanto também da habitação, que elas de fato tenham anistia desse financiamento, porque quando fizeram isso não tinham essa realidade.

Então, essa realidade que se vive é um novo momento e cabe às autoridades competentes, e essa nossa defesa, creio eu que a gente deva encaminhar aos nossos representantes federais para que eles possam fazer essa articulação lá junto aos Ministérios, junto à Presidenta Dilma, e a gente possa de fato ter a anistia dessas dívidas. Então, eram basicamente essas informações preliminares que nós gostaríamos de trazer a esta Casa, até prestando um pouco contas desse trabalho dessa Comissão, e como bem falou o Deputado Ribamar, hoje também foi uma cobrança da própria Comissão dos Atingidos, essa Comissão precisa se reunir o mais rápido possível, de preferência hoje, após a Sessão, aqui, para que a gente possa fazer aqui as atribuições da Comissão, porque nós fizemos a composição das Comissões, Deputado Brito, da Comissão da Frente Parlamentar, mas nós não fizemos as atribuições de fazer a escolha dos representantes, com um destaque, como a questão da Presidência, Vice-Presidência, Secretarias e demais membros. Concedo um aparte ao Deputado Brito.

O Sr. Brito do Incra – Só questão para ajudar um pouco na memória, eu acho que Vossa Excelência está falando corretamente, está de parabéns, é por aí o caminho. Eu só queria lembrar à Excelentíssima Deputada a preocupação, eu tenho assim a maior preocupação, porque a maioria dessas famílias ribeirinhas eles tinham um estilo de vida, ou ele pescava, ou ele cuidava do extrativismo, ou ele cuidava da lavoura, que muitos deles que estavam mais afastados do rio tinham lavoura, agricultura familiar, como Vossa Excelência mesma sabe, tem locais que sumiram do mapa, como São Carlos; São Carlos está todo alagado. Qual é a perspectiva? Porque a gente hoje está cuidando do momento, do momentâneo, o momento é cuidar para cuidar das pessoas que conseguiram sair de lá para dar comida, para dar remédio, para dar o colchão, para dar a coberta. Agora, num pós-enchente, para onde nós vamos levar essa família? Qual era a preocupação que eu queria, só para ajudar um pouco a nossa Excelentíssima Deputada, é a gente fazer um trabalho junto aos órgãos federais em cima daquela conversa que nós tivemos, porque de uma forma ou de outra o Governo Federal vai ter que comprar terra, porque desapropriar não dá tempo, é comprar mesmo através do Instituto do Decreto 433, é aquisição direta, compra e venda que não depende de processo judicial, que não depende de nada de burocracia; compra e venda, o Governo oferece, o proprietário tem a terra e ele tem o interesse, compra, paga e assenta em caráter imediato. Num processo sem burocracia, em quatro meses o Governo compra a terra e cria o assentamento.

O que eu queria propor nesse encaminhamento é que nós vamos ter muito problema de pessoas que vão estar desalojadas e não vão ter para onde voltar, porque eles tinham a terra deles e a terra deles não serve para nada mais, só que eles vão querer voltar para lá. Mas só que eles vão querer voltar para lá. Agora, cá para nós, será que vale a pena? Será que ano que vem nós vamos ter outra enchente? Então, assim, eu queria deixar essa colocação. Agradeço essa intervenção, mas é justamente pelo menos assim, eu vou dar uma ideia para a nobre Deputada: a Comissão faz um documento e aponta, como sugestão, o que poderia fazer para que essas famílias depois do pós-enchente fossem bem sucedidas com relação ao seu pedaço de terra. Era só isso que eu queria colocar.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Eu agradeço a contribuição, Deputado, e foi exatamente nessa linha que nós fizemos a discussão pela manhã. Na verdade, o que os órgãos trouxeram, inclusive foi o Eustáquio que esteve aqui representando o INCRA, nos trouxe já até aqui uma sugestão, já uma amostra de algumas áreas que eles têm com uma facilidade de atender essas famílias numa relocação, o STU também já trouxe mais ou menos um quadro. Então, eles trouxeram algumas informações preliminares e a comunidade também foi ouvida nesse sentido, porque elas também já apresentam algumas áreas que eles consideram apropriadas. Agora, a gente precisa unir essas informações, que são o desejo da comunidade, do conhecimento que eles têm naquela localidade, para esse conhecimento técnico mais científico desses Institutos que dispõem a informação.

Então, foi nessa linha exatamente, na linha que Vossa Excelência sugere que nós trabalhamos no dia de hoje. Como foi uma reunião, é claro que ela durou duas horas e trinta, não era possível a gente avançar nos detalhes, então a próxima reunião de trabalho é exatamente para a gente já começar afunilar, até porque algumas informações técnicas, como uma foto aérea, nós não tínhamos aqui disponível. E nós precisamos neste momento de pico da cheia para que a gente tenha essas informações um pouco mais consolidadas.

Então, eu creio que o caminho tem sido esse, e a Comissão, todos os membros estão aí à disposição para receber as contribuições para que a gente possa ir trabalhar no caminho mais correto, mais eficiente possível. Obrigada, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabenizar aí o pronunciamento da Deputada Epifânia Barbosa, parabenizar toda a Comissão que cuida dessa situação crítica de Porto Velho, eu tenho certeza que o trabalho será e já está sendo muito produtivo.

Com a palavra, com direito a aparte, o Deputado Adelino Follador.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só uma Questão de Ordem? Deputado Follador.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Um segundinho, Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Nós temos um Projeto que é importante, que altera o dispositivo da Lei Complementar nº 701, de 05 de março de 2013, mensagem do Executivo, que aportou aqui sobre a mensagem nº 09, Presidente. E trata exatamente do Programa de Arrendamento Residencial o PAR, onde com a aprovação desse projeto nós estamos autorizando o Poder Executivo a construção de 411 casas para atender os nossos militares e bombeiros militares. Então, eu gostaria, Presidente, que Vossa Excelência, eu como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça encaminhei como relator o Deputado Valdivino Tucura. Portanto, nós não ainda debatemos na Comissão, mas o Deputado Tucura já expediu o seu relatório e eu gostaria que Vossa Excelência incluísse na pauta do dia esse projeto importante da Mensagem nº 09.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Acatado o seu pedido, senhor Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, comunidade de Rondônia aqui na galeria. Venho a esta tribuna hoje para falar de diversos assuntos importantes, principalmente sobre a greve da Educação em Ariquemes. A greve da Educação em Ariquemes já se trata dos municipais, já está com mais de vinte dias que está em greve, e nós lamentamos muito que ainda o Prefeito não sentou para conversar com a categoria. E hoje foram surpreendidos os professores com um desconto na folha de pagamento de todos os dias parados, inclusive até mais do que ficou parado. Então, nós lamentamos muito, queremos aqui deixar nosso apelo ao Secretário de Educação e principalmente ao Prefeito Municipal de Ariquemes, foi nosso

colega aqui, o Prefeito Lourival, que sente com a categoria e negocie para que não prejudique mais ainda as crianças daquele município.

Hoje nós sabemos que este ano é um ano curto, é um ano, em função das eleições, em função da Copa do Mundo, nós temos a dificuldade de completar os duzentos dias letivos. Então, hoje nós estamos fazendo um apelo, deixando aqui registrado, que hoje de manhã os professores foram ao banco e conseguiram praticamente nada, teve gente que ficou com duzentos reais, cem reais, trezentos reais, e foi uma decepção muito grande.

E sabendo, Prefeito, sabendo, Secretário de Educação, que mesmo que o Tribunal, que o Supremo Tribunal declare irregular esta greve, e eles vão ter que pagar esses dias, senão ninguém vai repor esses dias letivos. Então, automaticamente as crianças vão perder a sala de aula, perder o ano letivo. Então, Deputada Epifânia que sabe que a Educação tem que completar os duzentos dias letivos, e se ele não pagar os professores não vão repor, automaticamente, ele vai ter que pagar esses dias. Então, eu quero deixar aqui meu protesto, registrado o meu protesto pela atitude da Secretária de Educação, da atitude do Prefeito de Ariquemes em cortar os dias dos professores, sem sentar para poder negociar e ver, tentar resolver o problema.

Eu quero aqui também aproveitar o momento para parabenizar o Lúcio Mosquini, o Governador do Estado, por ter feito uma ação de governo e aberto a estrada ligando Guajará-Mirim a Jacinópolis aqui, a Ariquemes, Buritis e Campo Novo. Então, eu quero parabenizar uma ação de administração direta, uma ação muito importante para aquela região, para toda a nossa região, inclusive para Ariquemes e para o Brasil todo que vai economizar mais de duzentos quilômetros vindo para quem mora naquela região. Então, eu quero deixar aqui, espero que seja encascalhada aquela estrada, que seja feita uma estrada definitiva que vai ajudar muito o pessoal daquela região e também do Brasil todo. Quem vem do Sul não vai mais precisar passar por Porto Velho para ir a Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

Então, eu quero parabenizar o Governo do Estado. Eu quero também parabenizar a Deputada Epifânia, o Deputado Brito que estava discutindo sobre a questão das enchentes, a questão dos recursos, a questão do pessoal, que nós estivemos aí vendo umas áreas que eu tenho amigos que produziram, que estavam esperando para vender suas produções agrícolas e hoje ficaram sem nada. É lamentável. E nós queremos que o Prefeito de Porto Velho, o Governo do Estado faça, monte uma equipe para que faça projetos, porque o Governo Federal não tem também como trazer recursos se não tiver bons projetos, se não tiver projetos que justifiquem. Mas eu quero também dizer que o Governo Federal tem que investir mais, ajudar, porque Porto Velho, o Estado de Rondônia, antes dessa enchente, é uma coisa, depois dessa enchente vai ser outra. Nós precisamos trabalhar para poder ajudar essa população, são quase vinte mil pessoas que estão sem saber, sem rumo, sem saber o que vão fazer. E eu queria dizer que o Governo Federal muitas vezes tem dificuldade para liberar, como a transposição, como outros recursos, mas tem facilidades para comprar, como a Petrobrás comprou refinarias falidas nos Estados Unidos, na China, e a gente vê tantos escândalos tantos recursos usados lá fora, usados recursos brasileiros e nós vemos

tanta dificuldade para liberar recursos para pessoas que precisam, igual o que está acontecendo hoje em Rondônia e no Acre.

Então, lamentavelmente, quero deixar aqui registrado também esses escândalos que estão existindo na Petrobrás e outros escândalos que estão saindo em nível nacional, e a gente vê tantos recursos jogados fora e muitas vezes não vem esse recurso para o Estado de Rondônia. Essa transposição virou uma novela, é uma coisa que está trazendo um drama a todas as pessoas que estão aí aguardando e infelizmente o Governo Federal fala que não tem dinheiro e tem dinheiro para tantas coisas.

Estas são as minhas palavras. Muito obrigado.

(Às 16 horas e 45 minutos o senhor Lebrão passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu quero ainda registrar a presença aqui do Vereador Cabo Anjos, que está aí com a sua turma da PM, que hoje são os policiais que estão sob o comando Vereador Cabo Anjos para aprovar a mensagem nº 181, que aqui, Deputado Lebrão, dá o direito de eles terem a casa própria dos praças. Trezentos e noventa e oito casas que vão ser aprovadas, o projeto já está na pauta a pedido aqui do Vereador Cabo Anjos. Ainda quero registrar a presença do Vereador Zezinho, lá de Chupinguaia, aqui presente, o Prefeito Zé Luiz.

Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Senhores e senhoras Parlamentares, conforme preceitua a Alínea “O” do Inciso I do Artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão.

Veto Parcial nº 019/14; também Veto Parcial nº 020/14; Veto Parcial nº 134/14.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário)- Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Cunha do Marechal “ASPROCUM”, no município de Cacaulândia-RO.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, declara de Utilidade Pública a Associação Rondoniense de Proprietários de Jornais Eletrônicos – ARJORE, com sede no município de Ariquemes.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Massangana “ASVAMA”, no município de Ariquemes.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, declara de Utilidade Pública a Associação de Bandas e Fanfarras de Ariquemes e Região “ASBANFAR”, no município de Ariquemes-RO.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, concede Medalha do Mérito Legislativo ao Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia Pedro Leopoldo Bittencourt.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, concede Medalha do Mérito Legislativo ao Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia Paulo César de Figueiredo.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO, acrescenta inciso XV ao artigo 118 do Regimento Interno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 08 de maio de 2014, às 09:00 horas, em homenagem ao Dia das Mães.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 22 de maio de 2014, às 09:00 horas, para entrega de Medalhas do Mérito Legislativo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, requer a convocação de Audiência Pública para discutir sobre transporte intermunicipal de passageiros.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO, requer Moção de Pesar aos familiares do 3º Sargento Sandro de Oliveira Rodrigues, pelo seu falecimento ocorrido no dia 16 de março de 2014.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, indica ao Governo do Estado, com cópia à SESDEC, a necessidade da construção do Quartel da Polícia Militar no município de Cacaulândia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da recuperação do asfalto da RO-140 que dá acesso ao município de Cacaulândia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Senhor Governador do Estado que encaminhe em forma de Projeto de Lei o anteprojeto em anexo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de instalação de 02 quebra-molas no início da Linha 31, km 28, na RO-473, no município de Teixeiraópolis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, indica ao Governador do Estado de Rondônia interceder junto aos órgãos

competente, para implantação de uma residência do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RO) no município de Vilhena.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto à Secretaria de Estado da Saúde para a aquisição de 01 Aparelho para Mamografia no município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade da implantação do “Título Já”, do Programa de Regularização Fundiária Urbana e Desmembramentos de diversos bairros em Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem e aos Programas Estaduais de Apoio às Estradas Vicinais a recuperação e manutenção de estradas, assim como limpeza das laterais da área rural do município de Teixeiraópolis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem e aos Programas Estaduais de Apoio as Estradas Vicinais a recuperação, patrolamento e cascalhamento das estradas vicinais Linhas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e o Travessão Marco 8, Minas Novas, do município de Buritis.
Lidas as matérias.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, requer à Mesa diretora a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 08 de maio de 2014, às 09:00 horas, em homenagem ao Dia das Mães.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 22 de maio de 2014, às 09:00 horas, para entrega de Medalhas do Mérito Legislativo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO, requer Moção de Pesar aos familiares do 3º Sargento Sandro de Oliveira Rodrigues, pelo seu falecimento ocorrido no dia 16 de março de 2014.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, requer convocação de Audiência Pública para discutir sobre o transporte intermunicipal de passageiros.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO PARCIAL Nº 019/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 001, Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 175/13, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a Estrutura Organizacional, as Fundações Institucionais, Quadro Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores da Controladoria Geral do Estado e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Designo o Deputado Adelino Follador para emitir o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Veto Parcial nº 019/14, Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 175/13, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional, as Fundações Institucionais, Quadro Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores da Controladoria Geral do Estado e dá outras providências.

Nós somos favoráveis pela rejeição do veto em função da necessidade dos trabalhos da Defensoria e pela estrutura, pela falta, e seria muito importante esses cargos para que consiga fazer um trabalho melhor. Obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. LEBRÃO - Gostaria que o Deputado Adelino Follador encaminhasse o voto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Encaminhar o voto pela derrubada do veto.

O SR. LEBRÃO – Derrubada, então é voto NÃO, não é?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino pela rejeição do veto. Em

votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o veto. O painel está aberto, votação nominal.

O SR. LEBRÃO – Gostaria que o líder do Governo indicasse a votação.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – SIM, manutenção do veto.

O SR. EDSON MARTINS – Deputado Kaká, que veto é esse? Poderia esclarecer para nós, por favor?

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Esse é veto parcial daquele projeto que trata dos servidores da Controladoria Geral do Estado. Então foi vetado parcialmente. Então é pela manutenção do veto.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria de pedir, eu não sei se está incluso na Ordem do Dia, tem um projeto que prevê um aumento para os servidores de 5%. Se não estiver na Ordem do Dia, por favor, é a Mensagem 059, Projeto de Lei 1212/14. Obrigado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já está na Ordem do Dia, Deputado Edson Martins, tanto dos servidores do Tribunal de Contas como também dos servidores do Estado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Com 15 votos favoráveis, o veto foi mantido.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO PARCIAL Nº 020/14, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 002. Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 172/13, do Poder Executivo, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar 215, de 19 de julho de 1999, que “Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON” e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O veto encontra-se sem parecer. Nomeio o Deputado Kaká Mendonça para que emita o parecer.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Esse projeto aqui é do IDARON que criou uma tabela querendo cobrar taxa, aumentar taxa, querendo judiar do agricultor, e o Deputado Marcelino Tenório foi muito feliz com uma emenda aqui que regulamentou a questão das taxas daquele projeto que o IDARON mandou para cá. Então, questão de justiça, nós temos que derrubar esse veto para manter aquela tabela que foi acordada aqui através de uma emenda do Deputado Marcelino Tenório, que não prejudica a classe produtora do Estado. Então, nosso voto é pela rejeição ao veto parcial ao veto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer pela rejeição do veto parcial.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para discutir o parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Marcelino para discutir o parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Essa emenda foi colocada pelo seguinte: nós tivemos aqui um REFAZ do ICMS onde é privilegiado todo o comércio e a indústria do Estado de Rondônia, depois veio dos IPVAs, todos os automóveis, de moto até o maior automóvel do Estado teve essa isenção. Então, este está vindo também para privilegiar os produtores rurais do Estado de Rondônia, aqueles que produzem animais, que hoje são mais de dois milhões de cabeças abatidas durante o ano para que também tenham esses mesmos benefícios que o Estado deu para o comércio, para a indústria e para os donos de automóveis. Então, eu também sou favorável que derrubemos o veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda em discussão o parecer. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em votação o veto. Votação eletrônica, o painel já está aberto para votação.

O SR. LEBRÃO – Encaminhar o voto NÃO.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Brito do INCRA	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Edvaldo Soares	- não
- Deputada Epifânia Barbosa	- não
- Deputado Euclides Maciel	- não
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- não
- Deputado Zequinha Araújo	- não

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a votação. *Com 13 votos contrários, está rejeitado o veto. Vai ao Expediente.*

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL 134/14, PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 003. Veto Total ao Projeto de Lei 802/13 do Deputado Hermínio Coelho que “dispõe a colocação de lápide alusiva a homenageados em bens imóveis públicos estaduais, e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já tem parecer pela manutenção, passamos à votação do veto. O painel está aberto para votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente

- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a votação. *Com 13 votos favoráveis, está mantido o veto. Vai ao Expediente.*

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto para apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Resolução 098/14; Projeto de Resolução 099/14 da Mesa Diretora; Projeto de Decreto Legislativo 147/14 do Deputado Adelino Follador; Projeto de Lei Complementar 179/14 do Tribunal de Contas do Estado; Projeto de Lei 181/14, Mensagem do Poder Executivo; Projeto de Lei do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Projeto de Lei Complementar 189/14; Projeto de Lei Complementar 190/14 do Tribunal de Contas; Projeto de Lei 1156/14 Mensagem do Poder Executivo; Projeto de Lei 1162/14 Mensagem do Poder Executivo; Projeto de Lei 1164/14 autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei 1176/14 do Deputado Edvaldo Soares; Projeto de Lei 1184/14 do Poder Executivo; Projeto de Lei 1198/14 do Poder Executivo; Projeto de Lei 1204/14 do Poder Executivo; Projeto de Lei 1211/14 do Poder Executivo e o Projeto de Lei 1212/14 do Poder Executivo.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 47 minutos).

**ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA**

Em 25 de março de 2014

Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO – 1º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO – 1º Secretário

(Às 17 horas e 18 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Brito do INCRA - PSD, Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Jaques Testoni (PSD), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araújo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Luiz Cláudio (PTN) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 12ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária, anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 179/14 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - OFÍCIO Nº 572/2013, que define as atribuições dos Cargos do Grupo de Chefia, Direção e Assessoramento e Funções Gratificadas que compõem a estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. A votação é nominal.

O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente

- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

*Com 13 votos favoráveis está aprovado o Projeto.
Vai ao Expediente.*

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 181/14 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 009, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 701, de 05 de março de 2013.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. O painel já está aberto.

Votação nominal.

Precisa de 13 votos, Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

*Com 14 votos favoráveis está aprovado.
Vai ao Expediente.*

Este Projeto é o Projeto nº 181/14 que atendendo ao pedido do Vereador Cabo Anjo, acaba de ser votado o pedido de vocês.

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 189/14 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - OFÍCIO Nº 088/2014, que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação.

O painel já está aberto para votação.
Votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 14 votos está aprovado.
Vai ao Expediente.
Próxima Matéria.

Quero registrar, também, a presença do Vereador de Rolim de Moura do PSB, do Vereador Sequeassabe; do Vereador Wilsão, lá da Câmara de Ministro Andreazza. Vereador fique à vontade.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 190/14 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - OFÍCIO Nº 089/2014, que institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública, e dispõe sobre estágio probatório e avaliação especial de desempenho para fins de aquisição de estabilidade, no âmbito Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação.

A votação é nominal.
O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Brito do Incra	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim

- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 13 votos favoráveis está aprovado o Projeto.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

Deputados Membros da Mesa, amanhã nove e meia, Deputado Tucura, Deputado Marcelino, a Deputada Glaucione, não está, mas está o Deputado Edson Martins. Ouviu Deputado Edson, amanhã nós vamos ter uma reunião da Mesa, às 09 horas e 30 minutos. É para Vossas Excelências não faltarem. Eu, o Deputado Lebrão, os Deputados da Mesa, porque nós precisamos tomar algumas decisões na Casa e precisamos das Vossas Excelências, nove e meia, lá na Sala de Reuniões.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1156/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 366, que dispõe sobre o parcelamento de débitos do Estado de Rondônia com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1162/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 014, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$3.029.771,02, em favor da Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1164/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$97.117.230,82, em favor da Unidade Orçamentária, Departamento de Estradas e Rodagem – DER/RO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1176/14 DO DEPUTADO EDVALDO SOARES, que declara de utilidade pública à Associação dos Visitantes Voluntários Semeando Amor da Cidade de Jaru – AVV, do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1184/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 028, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$93.674.992,00, em favor da Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1198/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 042, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$233.540.216,12, em favor da Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1204/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 047, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$1.182.777,71, em favor da Unidade Orçamentária, Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto que acaba de ser lido. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1211/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 056, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$19.284.562,96, em favor da Unidade Orçamentária, Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1212/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 059, que dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos estaduais, no âmbito da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto que acaba de ser lido. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais Matérias. Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero registrar a presença do Vereador Hilton Emerick, Vereador Cagado, lá de Mirante da Serra; do Vereador do PRP, de Mirante da Serra, o vereador Kid do Esporte.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vereadores de Mirante da Serra, não é?

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Só para deixar aqui, um pré-aviso, porque eu não sei se vai dar certo, mas os Deputados que compõem a Frente Parlamentar, conforme a discussão que nós fizemos hoje, da possibilidade de amanhã irmos visitar o Parque dos Tanques, onde está sendo montadas as tendas para atender os desabrigados. Então dependendo, se a reunião da Mesa Diretora não for demorada, para que depois os membros da Comissão da Frente Parlamentar, possam ir lá fazer visita. Deixar aqui uma pré-agenda com os membros da Comissão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito bem lembrado pela Deputada Epifânia, viu Deputado Edvaldo, o Senhor que é da Comissão, o Senhor tem que comparecer na comissão. E amanhã faça a presença e a visita acompanhando, e os Deputados, os demais, é importante. Se nós demorarmos na reunião da Mesa e der meio-dia, o Deputado Ribamar e a Deputada Epifânia, Deputado Edvaldo que faz parte da Comissão e o Deputado Brito, também, o Deputado Adelino, o Deputado Zequinha, o que quiser fazer a visita lá nas residências que estão sendo preparadas para as pessoas que estão desabrigadas. Eles estão reclamando, é importante a presença nossa lá para que possa ver de perto a situação de cada um daqueles que estão sendo transferidos para as casas que são feitas, são barracas novas, e muitos estão reclamando. Então eu acho que é importante a presença dos Deputados. Ficou marcado para amanhã ao meio-dia, às 11 horas, se Vossas Excelências puderem ir. Eu vou fazer de tudo para ir, mas se eu não for, o Deputado Ribamar e Deputada Epifânia vão esta esperando vocês para que possam acompanhar. Queria que o Deputado Edvaldo também, pudesse fazer essa visita lá. É um pedido das pessoas que estão lá e fizemos um compromisso hoje com a Frente Parlamentar na Comissão.

Encerrada a Ordem do Dia, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar esta Sessão, convocamos Sessão Ordinária para o dia 26 de março no horário regimental, ou seja, às 09 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 35 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO - PMDB

- Requer à Mesa Diretora, que seja concedido Voto de Louvor, ao Senhor Williames Pimentel de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, e em conformidade com o artigo 181, inciso XII do regimento interno, requer à Mesa Diretora seja concedido Voto de Louvor, ao Senhor Williames Pimentel de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, através dos seus conhecimentos técnicos e sociais nas áreas de saúde e administrativa.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A homenagem ao Senhor Williames Pimentel de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, tem acontecido pelos trabalhos realizados nas pastas de saúde e administrativa ao longo de anos a serviço do poder público estadual, municipal e federal.

Os trabalhos realizados pelo homenageado são de conhecimento notório administrativo, e de relevância técnica na organização de projetos de melhorias da saúde pública de Rondônia.

A presente homenagem requer expor um breve currículo do Senhor Williames Pimentel de Oliveira.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep. Zequinha Araújo - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, c/c para a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, a necessidade da aquisição de 300 (trezentas toneladas) de calcário, para atender o município de Parecis, neste Estado de Rondônia.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, solicitando a aquisição de 300 (trezentas toneladas) de calcário para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Parecis.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, para através da Prefeitura Municipal de Parecis atender os pequenos produtores rurais daquela região, visando

corrigir o solo, pois o mesmo apresenta alto índice de acidez, não só naquele Município como em toda região de nossa Rondônia.

Sabendo-se que a adição do calcário, aumentará a produtividade da produção agrícola, adequando às necessidades existenciais naquela região, dando maior subsistência às famílias que dependem do solo fértil para uma agricultura de qualidade, teremos a certeza que de levaremos as nossas mesas verduras e legumes saudáveis.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2014.
Dep. Edvaldo Soares - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE - PSDC - Indica ao Poder Executivo a necessidade de viabilizar a ampliação de salas de aula, construção de refeitório e biblioteca, sala de informática, e passarelas de acesso aos banheiros na Escola Estadual Ensino Fundamental Maria Di Sancti Santos no município de Espigão do Oeste/RO.

A Parlamentar que a presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o plenário, indica ao Poder Executivo a necessidade de viabilizar a ampliação de salas de aula, construção de refeitório e biblioteca, sala de informática, e passarelas de acesso aos banheiros na Escola Estadual Ensino Fundamental Maria Di Sancti Santos, localizada no município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade de construção de 3 salas de aula, haja vista, que esta escola possui somente 5 salas, onde atende alunos 1º ao 5º ano, nos períodos matutinos e vespertinos, sendo: período matutino do 1º ao 5º ano, no período vespertinos 1 turma de 1º ano, 1 turma 2º ano, 2 turmas do 3º. Neste ano a escola, com processo de reordenamento, das escolas, absolveu a clientela de 1º, 2º, 3º ano da Escola Vinicius de Moraes, e para o próximo ano letivo pretende atender o demais anos. Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, nossa Escola está no quarto ano de funcionamento e as turmas foram implantadas gradativamente, restando ainda 1 (uma) sala desocupada no período vespertino, porém para 2014 certamente faltará salas de aula, pois a clientela está aumentando ano a ano. Em 2010 (55 alunos), em 2011 (80 alunos), em 2012 (126 alunos), em 2014, até a presente data atendemos 221 alunos.

Gostaríamos de contar com vosso apoio, pois abraçamos a missão desta Escola e sentimo-nos responsáveis em contribuir com o processo educacional dos pequenos que moram neste bairro e também no entorno do mesmo. Apesar da Escola ainda não ter refeitório, sala de informática, sala de recursos, biblioteca, que são ambientes indispensáveis para o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais eficaz, neste momento, pedimos mais urgência, salas de aula, pois precisamos atender a clientela, que por direito, estudarão nesta Escola.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2014.
Dep. Glaucione Maria – PSDC.

INDICAÇÃO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB – Indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia com cópia ao DER, a necessidade da reconstrução do trecho da estrada que liga o distrito de União Bandeirantes a Linha 28 no distrito de Nova Dimensão, em Nova Mamoré.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia com cópia ao DER, a necessidade urgente da reconstrução de 200 (duzentos) km de estradas no percurso que liga o Distrito de União Bandeirantes a Linha 28, ao distrito de Nova Dimensão, em Nova Mamoré.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

O atendimento desta solicitação é de suma importância para o transporte de pessoas e gêneros alimentícios e outras necessidades básicas aos moradores dos municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré, que hoje por conta da grande enchente do rio Madeira encontram-se isolados.

Faz-se necessário a destinação neste momento de uma patrulha mecanizada para recuperação e encascalhamento das estradas com reparo dos pontilhões que estão danificados impossibilitando o tráfego de caminhões pesados. Com este serviço, senhores deputados estaremos viabilizando, a liberação do tráfego de veículos com segurança dos moradores e tirando do isolamento, milhares de famílias.

Portanto, conto com a grandeza e sensibilidade dos nobres pares, no acolhimento de nossa propositura, que vem ao encontro dos anseios de uma comunidade que é responsável pelo zelo e cuidado dessa região.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia c/c para a Secretária de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, a necessidade da aquisição de 200 (duzentas) toneladas de calcário, para atender o município de Theobroma, neste estado de Rondônia.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, solicitando a aquisição de 200 (duzentas toneladas) de calcário para atender as necessidades da Prefeitura municipal de Theobroma.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, para através da Prefeitura municipal de Theobroma atender os pequenos produtores rurais daquela região, visando

corrigir o solo, pois o mesmo apresenta alto índice de acidez, não só naquele Município como em toda região de nossa Rondônia.

Sabendo-se que a adição do calcário, aumentará a produtividade da produção agrícola, adequando às necessidades existenciais naquela região, dando maior subsistência às famílias que dependem do solo fértil para uma agricultura de qualidade, teremos a certeza que de levaremos as nossas mesas verduras e legumes saudáveis.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2014.
Dep. EDVALDO SOARES – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia c/c para a Secretária de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, a necessidade da aquisição de 500 (quinhentas) toneladas de calcário, para atender o município de Buritis, neste estado de Rondônia.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, solicitando a aquisição de 500 (quinhentas toneladas) de calcário para atender as necessidades da Prefeitura municipal de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, para através da Prefeitura municipal de Buritis, atender os pequenos produtores rurais daquela região, visando corrigir o solo, pois o mesmo apresenta alto índice de acidez, não só naquele Município como em toda região de nossa Rondônia.

Sabendo-se que a adição do calcário, aumentará a produtividade da produção agrícola, adequando às necessidades existenciais naquela região, dando maior subsistência às famílias que dependem do solo fértil para uma agricultura de qualidade, teremos a certeza que de levaremos as nossas mesas verduras e legumes saudáveis.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep. EDVALDO SOARES – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES - PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia – DER, Dr. Lúcio Mosquine a inclusão da Prefeitura Municipal de Cujubim, no “Programa Mão Amiga”.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através Dr. Lúcio Mosquine, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER, solicitando a

“inclusão” da Prefeitura Municipal de Cujubim, no “Programa Mão Amiga”.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, atendendo reivindicação de diversos segmentos da sociedade, como também da Prefeitura Municipal de Cujubim, para a implantação do Programa Mão Amiga, neste município.

Conhecedor “*in loco*” dos problemas de trafegabilidade ali existente, vem a referida indicação ao encontro do anseio da população do referido Município, na recuperação das vias urbanas e rurais, realizando todos os serviços necessários de maquinários, atendendo assim a comunidade em geral e agricultores que fazem uso de estradas vicinais daquela região.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2014.
Dep. EDVALDO SOARES - PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL - PSDB -

Requer o Plenário de Leis para a realização de Audiência Pública no dia 28 de abril do ano em curso a partir das 14h 30min, para debater assunto: “TOLERÂNCIA ZERO: TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA”.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental, requer ao Senhor Presidente o Plenário desta Casa de Leis para a realização de Audiência Pública no dia 28 de abril do ano em curso a partir das 14h 30min, para debater o assunto: “TOLERÂNCIA ZERO: TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA”.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento se faz necessário devido a alarmantes índices de violência contra a pessoa humana e, nossa função como membros deste Parlamento e também como Presidente da Comissão dos Direitos Humanos é que precisamos criar políticas públicas para tentar amenizar a dor e o sofrimento de famílias que tem sido vítimas da violência.

Assim sendo, nossa intenção com esta Audiência Pública é para debatermos e combatermos toda espécie de violência, seja física e/ou psicológica que atentam contra a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, que esta Audiência seja uma “tribuna livre” para que as pessoas possam ter voz na tratativa deste tema “TOLERÂNCIA ZERO: TODOS CONTRA A VIOLÊNCIA”.

Isto posto, certo que essa propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2014.
Dep. Euclides Maciel – PSDB

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP
- Requer informações ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, requer a Mesa Diretora, que seja encaminhado pedido de informações ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, sobre a situação da pavimentação asfáltica da BR-364, entre os municípios de Cacoal e Ji-Paraná no estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Como é do conhecimento de todos nós, o referido encontra-se com os trabalhos quase parado, ocasionando muitos problemas para a população que trafega no mesmo. Queremos informações da diretoria do DNIT em Rondônia para que possa informar a população sobre o verdadeiro andamento da obra, informações estas, analisadas e corretas. Todos nós sabemos que a BR 364 tem dois trechos que foram listados entre os piores do País, segundo o Guia Estradas 2012. A parte que liga Cacoal a Presidente Médici é considerada a sétima pior do Brasil e o trecho entre Ji-Paraná e Ouro Preto D'Oeste, ocupa a oitava posição no ranking. Rondônia é um dos únicos Estados brasileiros, junto com Piauí e Ceará, que aumentou a extensão de quilômetros em situação precária. A edição anterior da publicação apontava 37 quilômetros de vias consideradas ruins, na atual aparecem 42, e com eles, os acidentes com vítimas fatais.

No trecho de Cacoal a Presidente Médici, a malha asfáltica está danificada e com remendos, causando trepidação nos veículos e acidentes. Desde a inauguração da BR 364 na década de 80, que o trecho não é recuperado. Apenas paliativos foram realizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, situação comum nos dias atuais.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep. Maurão de Carvalho – PP.

INDICAÇÃO DEPUTADO BRITO DO INCRA - PSD - Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade que seja realizada alterações na Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, na Lei nº 2.461, de 17 de Maio de 2011, e Decreto nº 9.841 de 22 de Fevereiro de 2002.

O Parlamentar que abaixo subscreve, nos termos regimentais indica ao Senhor Governador do Estado, que seja realizado alterações na Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, na Lei 2.461 de 17 de Maio de 2011 e Decreto nº 9.841 de 22 de Fevereiro de 2002.

A Lei nº 1.053, de 22 de Fevereiro de 2002, alterar o parágrafo 2º do Artigo 5º da Lei nº 1.053, passa a vigorar com a seguinte redação: "... fins de cedência do convocado para outros órgãos do Estado, com ônus para o órgão solicitante sem que perca o vínculo da contratação e que possa retornar para o serviço que fora contratado ao término da cedência".

Art. 4º da Lei nº 2.461 de 17 de Maio de 2011, onde adicionará no § 1º, os incisos XV e XVI, com as seguintes redações: , "serviços administrativos e serviços de garagem".

Art. 5º da Lei nº 2.461, de 17 de Maio de 2011, com a seguinte redação: A permanência do convenio na atividade terá a duração máxima de até 2 (dois anos, prorrogado pelo mesmo período observando-se o limite de idade do militar prevista na nova redação.

Art. 3º. Alínea C do Decreto nº 9.841 de 22 de fevereiro de 2002, que seja realizada a mudança do limite de idade dos integrantes do Corpo de Voluntário de Militares do Estado, da Reserva Remunerada onde deverá ser alterada para os Praças de 58 (cinquenta e oito) anos, para 60 (sessenta) anos.

A Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2014.

JUSTIFICATIVA

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo ao pedido dos servidores da reserva remunerada da Polícia Militar do estado de Rondônia, indica ao Senhor Governador que atenda tais reivindicações devido à necessidade dos serviços prestados por estes servidores onde provou que o Estado se beneficia com a prestação de serviço já qualificada pelos profissionais com anos de experiência, com custos comprovadamente reduzidos.

Quando ao nivelamento da idade para atuar no Corpo de Voluntário de Militares da Reserva Remunerada, estamos certos que não há falar em eventual quebra de patentes, uma vez que tratamos tão somente da capacidade de trabalho, que entendemos que a análise cinge-se a capacidade física dos policiais que, em análise geral, é a mesma, independentemente a patente.

A alteração do Art. 4º. da Lei nº 2.461 de 17 de maio de 2011, verifica-se necessária para regularizar uma situação já existente no Corpo de Voluntário de Militares da Reserva Remunerada, além de possibilitar o ingresso desses profissionais que desenvolverão serviços administrativos e de manutenção de viaturas.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep. Brito do INCRA - PSD

INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE - PSDC - Indica ao Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Educação – SEDUC. A necessidade de disponibilização de um ônibus de 44 (quarenta e quatro lugares) para o transporte dos professores que atuam no distrito do riozinho município de Cacoal-RO.

A Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, depois de ouvido o Douto Plenário, indica a Secretaria de Educação – SEDUC, a necessidade de disponibilização de um ônibus de 44 (quarenta e quatro)

lugares para o transporte dos professores que atuam no distrito de Riozinho, município de Cacoal – RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal indicação se faz necessária, pois há grande dificuldade para locomoção dos professores que residem no município de Cacoal e lecionam no distrito de Riozinho. A dificuldade se deve pelo motivo de não haver transporte coletivo que coincidam com os horários das aulas, o que dificulta a chegada dos docentes para as aulas. Sem contar que a dependência de um transporte coletivo instável e irregular em seus horários faz com que muitas vezes os professores não cheguem a tempo para lecionar.

Outro problema está na mobilidade para realização de trabalhos extraclasse o que se torna quase impossível, pois os professores ficam reféns de apenas uma linha de transporte coletivo urbano.

Reiteramos que tal indicação é um pedido e anseio de todos os alunos e professores do distrito de Riozinho.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração e empenho dos nobres pares para seu pronto atendimento e aprovação.

Plenário das Deliberações, 11 de março de 2014.
Dep.Glaucione Maria - PSDC.

INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALDIVINO TUCURA - PRP -

Indica ao Poder Executivo, com cópia para o DEOSP, a construção de 4 salas de aula, 1 refeitório e cobertura da quadra poliesportiva da escola E.E.E.F. Bom Sucesso no município de Pimenta Bueno.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos do Regimento Interno e ouvido o douto Plenário, indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópia para o DEOSP a construção de 4 salas de aula, 1 refeitório e cobertura da quadra poliesportiva da escola E.E.E.F. Bom Sucesso, que fica localizada no município de Pimenta Bueno.

JUSTIFICATIVA

A E.E.E.F. Bom Sucesso, localizada na estrada do aeroporto, 337 do bairro Bela Vista, foi criada através do Decreto nº 1.026 datado de 10 de abril de 1983 e devidamente reconhecida para atender ao ensino fundamental pelo parecer nº 090/CEE/RO/01 e Resolução nº 089/CEE/RO/01.

A E.E.E.F. Bom Sucesso é uma escola onde a educação é feita por professores apaixonados pela profissão, que se envolvem em todos os projetos e atividades desenvolvidas pela escola, visando sempre a formação do educando. Uma escola onde os profissionais buscam sempre estar se aperfeiçoando e qualificando-se para desenvolver um trabalho de qualidade com seus educandos.

A quadra esportiva não possui cobertura e devido isso não é possível usá-la em vários períodos do dia devido ao calor

e exposição ao sol que é prejudicial à saúde dos alunos e professores ou as chuvas no inverno.

Como a escola não possui refeitório, não tem como atender a contento seus alunos.

A escola possui uma estrutura de 5 (cinco) salas de aulas em alvenaria com 49 m² e necessita ampliar suas instalações para melhor atender a comunidade, que cresceu muito na região. Com a construção de 100 (cem) casas populares em seu entorno. Com isso cresceu muito a procura por vagas. Vale salientar que o bairro está afastado dos demais e faz divisa com o rio e com a BR 364, essas barreiras físicas impedem o aluno de frequentar escolas dos bairros vizinhos.

Portanto senhores deputados, a proposição é de extrema importância e necessita de solução e para isso contamos com o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep.Valdivino Tucura - PRP.

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP

- Requer informações ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, requer a Mesa Diretora, que seja encaminhado pedido de informações ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, sobre a situação da pavimentação asfáltica do trecho entre a BR-364 o distrito de Estrela de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Como é do conhecimento de todos no referido trecho encontram-se com os trabalhos quase parado, ocasionando muitos problemas para a população que trafega no mesmo. Queremos informações da diretoria do DER de Rondônia para dar uma satisfação a população sobre o verdadeiro andamento da obra, informações estas abalizadas e corretas. No trecho entre a BR-364 e o distrito de Estrela de Rondônia a população aguarda com esperança a referida conclusão dos trabalhos para que se possa ter melhor condição de vida e mobilidade.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.
Dep.Maurão de Carvalho - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO LEBRAO - PTN -

Requer a Mesa Diretora uma Audiência Pública no município de Ouro Preto do Oeste, no dia 25 de abril às 09h30min deste ano, com a finalidade de tratar do tema “Introdução da Cacaicultura nas Políticas Públicas do Estado de Rondônia”.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora, uma Audiência Pública no município de Ouro Preto do Oeste na data de 25 de abril às 9h 30min deste ano, para tratar do tema “Introdução da Cacaicultura nas Políticas Públicas do Estado de Rondônia”,

que será realizada nas dependências da Estação Experimental da CEPLAC em Ouro Preto do Oeste, localizada na BR-364, km 325.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento serve para uma Audiência Pública no município de Ouro Preto do Oeste, para tratar do tema “Introdução da Cacaucultura nas Políticas Públicas do Estado de Rondônia”.

Diante a relevância do exposto, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2014.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – PV – Indica ao Governo do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, para construção de uma quadra coberta no 3º Batalhão de Polícia Militar localizado no Município de Vilhena/RO.

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, para construção de uma quadra coberta no 3º Batalhão de Polícia Militar localizado no município de Vilhena/RO.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação dar-se-á pelo fato, de que o Município de Vilhena/RO, encontra-se localizado no extremo sul de nosso Estado, a 730 km da capital Porto Velho, abrangendo em sua região vários municípios com aproximadamente 70.000,00 (setenta mil habitantes), e com um índice de crescimento anual considerável.

Diante de tanta demanda far-se-á necessária à construção de uma quadra coberta no 3º Batalhão de Polícia Militar no referido Município, que servirá para a realização de eventos do batalhão, tais como: formação de cabos e soldados, práticas de educação física, jogos entre as corporações do batalhão, apresentações de orquestras, palestras, entre outros, podendo também ser utilizada pela própria comunidade.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.

Dep. Luizinho Goebel – PV

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia e

5º Batalhão de Engenharia e Construção, a necessidade de instalar uma Ponte Móvel na RO 05, num trecho interditado pela enchente, que liga Porto Velho as localidades do baixo madeira, precisamente na ladeira do Piauí.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER e 5º Batalhão de Engenharia e Construção, a instalação de uma Ponte Móvel na RO 05, que liga Porto Velho as localidades do baixo madeira.

JUSTIFICATIVA

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal Indicação, para a instalação de uma Ponte Móvel na RO 05, num trecho interditado pela enchente, precisamente na ladeira do Piauí, que liga o município de Porto Velho as localidades do baixo madeira, antiga Linha 28. A solicitação se faz necessária por motivos extremos devido a cheia do Rio Madeira, uma parte da estrada foi inundada pelas águas, interditando quase que total a passagem de veículos e pessoas, até mesmo o ônibus que faz a linha do referido trecho, não está circulando, deixando as comunidades já abandonadas por seus moradores, que tiveram que sair e deixar tudo para trás aos cuidados de Deus, e na angustia e preocupação em saber como estão seus imóveis e móveis, os moradores tentam chegar as suas moradias, porém não conseguem, e os demais agricultores que permaneceram em terras firmes, estão ilhados, sem poder fazer os transportes de seus produtos, como também doentes que precisam dar continuidade no seu tratamento de saúde na cidade de Porto Velho, e diante de tamanha necessidade e atendendo a solicitação da ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA GLEBA ALIANÇA AGRILANCA, CNPJ nº 63.762.686/0001-78, em nome dos moradores das comunidades de Nova Aliança, Agrovila Aliança, Escalerita, P.A. Três Marias, Rio Verde, Rio Jamari, Rio Candeias, Bom Será, Brasileiras, Nazaré, Curicaca, Catarina, São Carlos, Calama, Demarcação e toda a comunidade do baixo madeira, tem a referida indicação o propósito de atender a grande necessidade daquelas famílias, que por ora sofrem com as perdas e dificuldades desta grande e temerosa enchente.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.

Dep. Edvaldo Soares – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO KAKA MENDONÇA – PTB – Indica ao Departamento de Obras Cíveis e Serviços Públicos – DEOSP, com cópia para o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade da CONSTRUÇÃO DE GALERIA E ABERTURA DA RUA RIO BRANCO, ligando a Rua 13, à Av. 7 de setembro no município de Espigão do Oeste/RO.

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, indica ao DEPARTAMENTO DE OBRAS CÍVIS E SERVIÇOS PÚBLICOS – DEOSP com cópia para o Excelentíssimo

Senhor Governador do Estado, a necessidade da CONSTRUÇÃO DE GALERIA E ABERTURA DA RUA RIO BRANCO, ligando a rua 13, à Av. 7 de Setembro no município de Espigão do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A presente proposição visa atender o município de Espigão D'Oeste, através da Construção desta galeria e a abertura da rua acima citada, ligando a rua 13, no Jardim Bela Vista à avenida 7 de Setembro.

Haja vista que com esta rua aberta, irá beneficiar os moradores do bairro Jardim Bela Vista e entorno, com a redução de mais da metade do trajeto que hoje é percorrido pelos moradores desta região.

Desta forma, contamos com o apoio de Vossa Excelência no sentido de autorizar este pedido, suprimindo a necessidade desse município.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.

Dep. Kaká Mendonça – PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO KAKA MENDONÇA – PTB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade da reforma e ampliação da EEFM Tancredo de Almeida Neves, no distrito de Pacarana no município de Espigão do Oeste/RO.

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a necessidade da reforma e ampliação da EEFM Tancredo de Almeida Neves, no distrito de Pacarana no município de Espigão do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A presente proposição visa atender o distrito de Pacarana no município de Espigão do Oeste, com a reforma e ampliação da EEFM Tancredo de Almeida Neves.

Salientamos que o distrito de Pacarana, é o mais importante da região no município de Espigão do Oeste, sendo que a referida escola é um importante centro de ensino do Distrito, atendendo milhares de estudantes.

Hoje a Escola, se encontra em péssimas condições de conservação e estrutural, sendo necessário uma reforma urgente.

Desta forma, contamos com o apoio de Vossa Excelência, no sentido de autorizar este pedido, suprimindo a necessidade deste Município.

Plenário das Deliberações, 18 de março de 2014.

Dep. Kaká Mendonça – PTB

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0481/2014-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RELOTAR:

JOANA CÂNDIDA DA COSTA, cadastro nº. 100009242, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 18 de março de 2014.

Porto Velho, 19 de março de 2014.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO

PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA

SECRETÁRIO GERAL

ADVOCACIA GERAL

ERRATA EXTRATO TERMO ADITIVO nº 011/ALE/2012

Processo Nº 00350/2011

Contrato nº 007/ALE/2011

Publicado no DIÁRIO OFICIAL DA ALE/RO nº 046

Pág./84-85, em 13 de abril de 2012.

Onde se lê:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007/2011, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E MICHELI CARLA BARBOSA PIMENTA.

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007/2011, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E MICHELI CARLA BARBOSA PIMENTA.

SUP. DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	-	203.447.844,54	197.325.805,95	
TOTAL (V) = (III + IV)	0,00	203.447.844,54	197.325.805,95	-6.122.038,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		33.475.393,13		
Reabertura de créditos adicionais		0,00		

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	159.750.596,00	185.900.189,13	180.464.839,93	172.673.429,84	171.000.382,60	5.435.349,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.508.096,00	115.207.905,32	113.912.918,78	113.880.951,28	113.816.680,15	1.294.985,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.506.000,00	3.506.000,00	2.989.285,01	2.989.285,01	2.989.285,01	516.714,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.736.500,00	67.186.283,81	63.562.636,14	55.803.193,55	54.194.417,44	3.623.647,67
DESPESAS DE CAPITAL	26.598.905,00	17.547.655,41	16.860.966,02	13.245.886,84	12.691.531,86	686.689,39
INVESTIMENTOS	24.712.905,00	15.661.655,41	14.975.637,86	11.360.558,68	10.806.203,70	686.017,55
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.886.000,00	1.886.000,00	1.885.328,16	1.885.328,16	1.885.328,16	671,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	186.349.501,00	203.447.844,54	197.325.805,95	185.919.316,68	183.691.914,46	6.122.038,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	186.349.501,00	203.447.844,54	197.325.805,95	185.919.316,68	183.691.914,46	6.122.038,59
SUPERÁVIT (IX)		0,00	0,00	-	-	
TOTAL (X) = (VIII + IX)	186.349.501,00	203.447.844,54	197.325.805,95	185.919.316,68	183.691.914,46	6.122.038,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	25.715,46	2.861.106,84	1.065.103,18	1.044.222,78	1.821.719,12	20.880,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.887,50	2.887,50	2.887,50	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	238.633,38	220.277,12	220.277,12	18.356,26	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.715,46	2.619.585,96	841.938,56	821.058,16	1.803.362,86	20.880,40
DESPESAS DE CAPITAL	5.912.886,22	3.712.837,01	3.732.943,83	3.732.943,83	5.892.779,40	0,00
INVESTIMENTOS	5.912.886,22	3.555.726,33	3.575.833,15	3.575.833,15	5.892.779,40	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	157.110,68	157.110,68	157.110,68	0,00	0,00
TOTAL	5.938.601,68	6.573.943,85	4.798.047,01	4.777.166,61	7.714.498,52	20.880,40

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	89.894,97	1.176.518,38	1.090.371,92	176.041,43	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	941.793,52	941.793,52	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.894,97	234.724,86	148.578,40	176.041,43	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	89.894,97	1.176.518,38	1.090.371,92	176.041,43	0,00

segunda-feira, 24 de março de 2014

010001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO: 2013	DATA: 24/03/2014
--------	------------------------	---------------------	-----------------	------------------

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.465.603,79
	TOTAL	73.998.106,14	TOTAL	73.998.106,14

ATIVO FINANCEIRO	26.108.924,09	PASSIVO FINANCEIRO	47.459.383,94
ATIVO PERMANENTE	47.889.182,05	PASSIVO PERMANENTE	24.478.607,68
BALDO PATRIMONIAL		2.060.114,52	

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Congêneros	0,00		Obrigações convidadas e outros instrumentos congêneros	0,00	
Execução de Garantias e Contragarantias recebidas	0,00		Obrigações Contratuais	0,00	
TOTAL	0,00		TOTAL	0,00	

010001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DO RECURSO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária	-21.350.459,85
Vinculada	0,00
Cota-parte Fundo de Justiça	0,00
Cota-parte Salário Educação	0,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0,00
Recursos do FUNDEB	0,00
Sistema Único de Saúde	0,00
Operações de Crédito	0,00
Fundo Nacional de Assistência Social	0,00
Recursos Arrecadados diretamente pelas entidades	0,00
Convênios	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00
TOTAL	-21.350.459,85

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182.822.513,07	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	
Impostos	0,00	
Taxas	0,00	
Contribuições de Melhoria	0,00	
Contribuições	0,00	
Contribuições Sociais	0,00	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	
Venda de Mercadorias	0,00	
Venda de Produtos	0,00	
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	
Juros e Encargos de Mora	0,00	
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	
Transferências e Delegações Recebidas	182.822.513,07	
Transferências Intragovernamentais	182.822.513,07	
Transferências Intergovernamentais	0,00	
Transferências das Instituições Privadas	0,00	
Transferências das Instituições Privadas	0,00	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	
Delegações Recebidas	0,00	
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	

Valorização e Ganhos Com Ativos	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00
Ganhos com Alienação	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	171.427.942,07
Pessoal e Encargos	152.259.829,10
Remuneração a Pessoal	76.484.250,81
Encargos Patronais	13.091.900,85
Benefícios a Pessoal	22.264.958,64
Custo de Pessoal e Encargos	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	40.418.718,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.324.772,00
Aposentadorias e Reformas	0,00
Pensões	1.322.772,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00
Benefícios Eventuais	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.000,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.529.490,81
Uso de Material de Consumo	1.265.951,93
Serviços	8.263.538,88
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.989.285,01
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.989.285,01
Juros e Encargos de Mora	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00
Transferências ao Exterior	0,00
Delegações Concedidas	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	720.420,37
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00
Perdas com Alienação	0,00
Perdas Involuntárias	720.420,37
Tributárias	21.089,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.420,64
Contribuições	1.668,76
Custo com Tributos	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.583.055,38
Premiações	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00
Incentivos	0,00
Subvenções Econômicas	0,00
Participações e Contribuições	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00
Custo de Outras VPD	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.583.055,38
Resultado Patrimonial do Período	11.394.571,00

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(Decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	10.806.203,70	
Desincorporação de passivo	1.885.328,16	
Incorporação de passivo	0,00	
Desincorporação de ativo	0,00	

010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO: 2013 DATA: 24/03/2014

ESPECIFIC.	Pat. Social/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reserv. de Capital	Ajustes de Aval. Pat.	Reservas de Lucros	Demais Reserv.	Result. Acumul.	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							-25.590.879,69		-25.590.879,69
Ajustes de Exercícios Anteriores							0,00		0,00
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							16.372.881,26		16.372.881,26
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior							-9.217.998,43		-9.217.998,43
Saldo Inicial Ex. Atual							-9.217.998,43		-9.217.998,43
Variação Patrimonial Restos a Pagar Não Processados - 2012							12.492.113,71		12.492.113,71
Ajustes de Exercícios Anteriores							-1.202.082,49		-1.202.082,49
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							11.394.571,00		11.394.571,00
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							13.466.603,79		13.466.603,79

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
010001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXERCÍCIO: 2013
ANEXO 16 DA LEI 4.320/64

REFERÊNCIA: DEZEMBRO

FOLHA: 1

AUTORIZAÇÕES		MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			
TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	EMIÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA	RESGATE/ AMORTIZAÇÃO	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
CONTRATOS					
CT0270059	26.363.935,84	-	-	3.772.000,00	22.591.935,84

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

Exercício: 2013 Data: 24/03/2014

010001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Títulos	Movimento do Exercício					Saldo para o Exercício Seguinte R\$
	Saldo do Exercício Anterior R\$	Inscrição R\$	Pagamento/ Cancelamento R\$	Reclassificação R\$	e=(a+b-c+d)	
Restos a Pagar	(a)	(b)	(c)	(d)		
Restos a Pagar Processados do Exercício	1.176.518,38	2.227.402,22	1.176.518,38	0,00		2.227.402,22
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	89.894,97	0,00	89.894,97	0,00		0,00
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	6.573.943,85	11.406.489,27	6.553.063,45	(20.880,40)		11.406.489,27
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	<u>5.938.601,68</u>	<u>0,00</u>	<u>5.938.601,68</u>	<u>20.880,40</u>		<u>20.880,40</u>
Subtotal>>>	13.778.958,88	13.633.891,49	13.758.078,48	0,00		13.654.771,89
Títulos	Saldo do Exercício Anterior R\$	Retenções/ Transferências R\$	Recolhimento R\$	Reclassificação R\$	Saldo para o Exercício Seguinte R\$	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c + d)	
Valores Restituíveis						
Valores restituíveis Consolidadação	692.201,32	8.541.707,72	8.417.596,36	0,00		816.312,68
Valores restituíveis Intra OFSS	0,00	2.853.794,57	2.847.949,38	0,00		5.845,19
Valores restituíveis Inter OFSS - União	33.888.005,90	12.263.790,99	13.229.855,05	0,00		32.921.941,84
Valores restituíveis Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Valores restituíveis Inter - OFSS - Municípios	<u>43.959,57</u>	<u>448.866,55</u>	<u>432.313,78</u>	<u>0,00</u>		<u>60.512,34</u>
Subtotal>>>	34.624.166,79	24.108.159,83	24.927.714,57	0,00		33.804.612,05
Total Geral>>>>	48.403.125,67	37.742.051,32	38.685.793,05	0,00		47.459.383,94